

CONSELHO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

ATA 08

DATA: 15 de agosto de 2005.

ERVINO PITCHIL (Coordenador): Estão abertos os trabalhos. Essa é uma reunião ordinária, conforme votado na semana passada. Amanhã não teremos reunião. Hoje não teremos o período das Comunicações. O Ricardo Erig, do GPO, está com a palavra. **RICARDO ERIG (Gabinete de Programação Orçamentária):** Boa noite senhoras e senhores. Dando continuidade a nossa discussão sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias 2006, como é do conhecimento de todos na quinta-feira passada o Conselho deliberou sobre a realização dessa reunião, até para que esse Conselho pudesse apresentar a sua proposta final para o Governo. Ficou também acertado que até amanhã, dia 16, ao meio-dia, estaremos recebendo as sugestões e considerações do conjunto do Orçamento Participativo. Nesse momento a delegada Beatriz entrega à mesa um conjunto de considerações da sua região, assim como o Conselheiro Paulinho, e gostaríamos que todas aquelas considerações que as regiões e temáticas desejarem sugerir como alteração da redação da proposta da LDO, fossem feitas por escrito e entregues no GPO até amanhã, ao meio-dia. Então, podemos abrir agora as inscrições para os questionamentos e sugestões dessa plenária. **ERVINO PITCHIL (Coordenador):** A Malu é a primeira inscrita. **CONSELHEIRA MARIA LÚCIA (Malu) (Temática de Educação, Esporte e Lazer):** Boa noite. Quero lembrar que o processo democrático é lento e sofrido, mas ainda não foi inventado nada melhor. Isso faz parte do processo de amadurecimento dessa instância da cidade que é o COP. Gostaria de saber se o que vamos deliberar aqui será incorporado ou ainda irá passar pelo crivo do Governo? Tenho três propostas, uma se refere à supressão do artigo sexto da LDO, uma vez que na Lei Orgânica, no artigo 116, parágrafo terceiro, não dá à LDO competência para fazer alterações. Tenho uma proposta de alteração da redação do art. 9º, que passaria a ter a redação que consta na Lei Orgânica, porque pelo art. 9º, tal qual está posto aqui, ele coloca a nossa participação na elaboração somente. E o art. 116 da Lei Orgânica do Município contempla a participação da comunidade nas etapas de elaboração, definição e acompanhamento da execução. Na primeira intervenção que fiz à LDO falei da necessidade de mantermos o controle social. Acredito que cada vez mais é necessário isso que a Constituição Cidadã colocou lá em 1988. Essa é uma proposta de alteração do artigo. E proponho um artigo novo, que seria o décimo, que seria para poder aprofundar a questão do controle social, que ficaria assim: “O acompanhamento e avaliação dos programas que serão realizados através do desempenho dos indicadores e metas, cujos índices apurados periodicamente terão a finalidade de medir os resultados alcançados. Parágrafo Único – Será realizada anualmente a avaliação física e financeira da consecução dos objetivos dos programas expressos pelos indicadores e pelas metas das ações a eles associados, expressando o resultado anual”. E o parágrafo segundo: “A avaliação de que trata o parágrafo anterior será enviada à Câmara de Vereadores sob a forma de relatório, concomitante com o projeto de Diretrizes Orçamentárias.” Essa é a proposta que vou deixar por escrito. **ERVINO PITCHIL (Coordenador):** A ex-Conselheira Beatriz, atual delegada, deseja se manifestar. Alguma manifestação

contrária. (Pausa.) **BEATRIZ (Delegada da região Sul):** Analisando a LDO verificamos que existem várias ações relativas à Governança Solidária e com referência ao Orçamento Participativo existe apenas uma preocupação, em relação ao ciclo do Orçamento Participativo. Então, tomei o cuidado, e na nossa região ficou aberto para aqueles que acharem por bem apresentar as demandas, e já encaminhei ao GPO, e no programa OP me preocupou “formação e capacitação através de cursos e seminários”. Coloquei a meta: dez mil; unidade: pessoas. “Sensibilização e capacitação, também com cursos e seminários. Meta: dez mil pessoas.” A “produção de material, cartilhas e folhetins, não está previsto, aqui dentro do ciclo tem, mas temos a preocupação de estar pontuando isso na LDO, a questão do material. Coloquei 100 mil exemplares. Com relação aos Pls anteriores achei por bem colocar: programa OP, nome da ação: Pls anteriores; produto: plano de trabalho; meta: 22 regiões e temáticas. E na questão também de Pls anteriores a ação “produto execução”, como é para o ano coloquei como meta duzentas obras o que no final de quatro anos contemplaria todas as obras atrasadas. E incluir no capítulo II do art. 14, que fala da suplementação, mais a letra H, pág. 3, onde diz assim “no projeto de lei orçamentária constarão as seguintes autorizações – para a abertura de créditos suplementares: Letra H – para atender as demandas dos Pls anteriores, conforme discussão dos critérios, junto às regiões, temáticas e o COP. Essa é a minha contribuição e muito obrigada por terem me permitido falar. Boa noite. **FELISBERTO (Delegado da região Centro):** Boa noite a todos e todas. A minha contribuição é no art. 14, que diz: “Do projeto de lei orçamentária constarão as seguintes autorizações: para a abertura de créditos suplementares, no máximo de 10% do total da despesa autorizada”. Isso é um cheque em branco, sem controle, e o que vem sendo aplicado nos últimos quatro anos é o percentual de 4%. Então, quero propor que fosse no máximo em 4% a despesa autorizada. Reforçar o que a Malu falou e acrescentar a participação desse Conselho na construção e análise desses indicadores. Por fim reiterar o que propuseram as delegadas Bea e Andréia propuseram e a questão da comunidade surda, que foi encaminhada e que propusemos, em vez de detalhar a construção de uma escola, o aumento de metas, e que isso favoreceria o atendimento da construção de escola, porque há toda uma relação com a Temática e com o COMUDES, porque poderiam vir recursos do Estado que ajudariam na construção da escola. Por fim algumas perguntas, algumas dúvidas que ficaram: o que ficou aprovado em relação aos restaurantes populares e cozinhas comunitárias. Parece que há uma emenda na Câmara – não tenho certeza – e foram aprovadas três cozinhas comunitárias para o ano de 2006. Estou autorizado pelo conselheiro Chiquinho a me manifestar no sentido de que a região gostaria de saber se aumentou a verba para o SASE e também o convênio de creches comunitárias. E também quanto à questão habitacional, se houve alguma emenda, tendo em vista que é prioridade da cidade a habitação. E me estarreci lendo o jornal Correio do Povo de hoje, onde diz que a prioridade da cidade é a Saúde e Educação. Isso é um equívoco, porque a prioridade da cidade é a Habitação, em segundo lugar vem a Educação, se não me falha a memória. Era isso e obrigado. **CONSELHEIRO ROBERTO JAKUBASZKO (Temática de Educação, Esporte e Lazer):** Boa noite a todos. No que tange à Temática de Educação, Esporte e Lazer eu havia conversado com o Ricardo, as Conselheiras Rose e Malu também conversaram com o GPO, porque sabemos que o projeto está incluso no

EJA, mas como é uma prioridade dentro da nossa Temática, seria interessante que pudéssemos separar, MOVA é MOVA e EJA é EJA, até porque estamos muito acostumados com essa relação. No que tange ao esporte gostaria de ver se é possível que as duas secretarias discutissem esses projetos com a temática, antes de os projetos virem a público. Como a Temática trabalha com duas Secretarias isso seria interessante, até porque o projeto que a Temática tem, e que pretende tornar Porto Alegre um centro de referência internacional no esporte, poderia ficar muito comprometido. Na área da educação, quanto à comunidade dos surdos, existem algumas considerações iniciais, é que o movimento dos vem procurando através do OP dar visibilidade a um problema muito grande que eles têm, e 5% da população do Estado do RGS tem problemas de deficiência auditiva. Temos algumas escolas, como o Instituto Frei Pacífico, a escola especial Concórdia, que é da ULBRA, a escola de surdos, o Lílian Mazon, e na verdade o que se busca é a quebra da lógica da medicação da surdez. O que eles buscam é resgatar a cultura da comunidade surda, a aquisição precoce da língua de sinais, o envolvimento da comunidade surda no processo educacional, a necessidade de imersão lingüística para a aquisição e desenvolvimento da língua de sinais, o envolvimento e participação da família no projeto de educação infantil para surdo, enfim, é uma necessidade muito grande. E fazemos sempre a analogia de associar os surdos aos PPDs. Eles fazem essa distinção, e querem simplesmente resgatar a sua cultura. Um projeto que está sendo encaminhado em parceria com temática, com os delegados do centro estamos encaminhando ao GPO, e gostaria que todos dessem uma olhada. Esse trabalho é feito pela Temática de Educação, Esporte e Lazer, pela região Centro, pelo ex-Conselheiro e atual Delegado Felisberto, pelo Wilson, Delegado da Região Centro, e delegado na Temática de Educação, Esporte e Lazer, ele é presidente regional da FEMENS, que é a federação nacional da comunidade surda, que faz um trabalho fantástico e precisa do apoio de todos. Vou passar para que todos os conselheiros dêem uma olhada, antes de entregar ao GPO. Muito obrigado. **CONSELHEIRO NELSON GUIMARÃES (Região Leste):** Boa noite a todos e todas. Vou fazer uma fala em cima do que a Bea colocou, e sobre as suas sugestões a serem incluídas na LDO. Como sabemos que todas as vezes que se inclui alguma ação, algum programa, tem que haver recursos, e como é compromisso do prefeito Fogaça manter e melhorar o OP, temos de buscar mais recursos para essas ações que a Bea colocou aqui. Antigamente não tínhamos na LDO a Governança Local Solidária, que possui aqui 12 ações. E como sabemos que são 5 milhões e 200 mil reais e a proposta da Bea é uma proposta de continuidade, que vai trazer benefícios dentro do Orçamento Participativo, eu faço um pedido, para que se inclua outro item, que é o aumento da verba para o Orçamento Participativo, que é para contemplar isso que a Bea está pedindo, e, mais adiante, já que o próprio prefeito disse que vai estar trazendo o PPA para estarmos reformulando todos os anos, e nesse ano “comemos marimbondo”, ainda está ardendo a língua em relação ao PPA porque não conseguimos colocar as nossas demandas ali dentro, queremos fazer a correção do PPA na questão dos valores da inclusão desses programas do PPA. No momento era isso e obrigado. **ERVINO PITCHIL (Coordenador):** Vou ter de fazer um “comercial” antes que o Ricardo responda. Comissão Tripartite III – roteiro de visita às regiões, entidades com demandas do PI-2005: quarta-feira, dia 17/08, às 13h30min., regiões Navegantes, Ilhas e Noroeste; quinta-feira, dia 18/08, às 13h30min., regiões Leste,

Norte e Nordeste; sexta-feira, dia 19/08, 13h30min., regiões Cruzeiro e Partenon; segunda-feira, dia 22/08, às 13h30min., regiões Glória, Restinga e Extremo-Sul; terça-feira, dia 23/08, regiões Cristal e Centro-Sul; quarta-feira, dia 24/08, às 13h30min., região Eixo Baltazar. As saídas todas serão da frente da prefeitura. Após a visita será feito o relatório para a liberação dos recursos de acordo com os critérios do Regimento Interno. O Conselheiro que quiser acompanhar nessa visita terá de se dirigir ao seu CAR, conversar com o coordenador do CROP para acertar mais detalhes. Temos também em cima da mesa um livrinho onde consta o superávit primário, todos poderão pegar um exemplar. Obrigado. Ricardo Erig. **BRICARDO ERIG (GPO):** Primeiro, quero dizer que com certeza conseguimos evoluir ao longo desses dias, o Conselho fez com que cada região discutisse no conjunto com a sua comunidade, as temáticas da mesma forma, acerca da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Todas as vezes que discutimos e formatamos propostas acerca de um tema conseguimos evoluir bastante. Apresente para vocês aqui o Jorge, que no GPO é um dos responsáveis pelo setor de orçamento, juntamente com o Mauro. Alguns pontos mais técnicos poderei me socorrer aqui do Jorge. É importante que tenhamos de modo formalizado as solicitações das regiões e temáticas para que possamos avaliar essas propostas. As propostas aqui trazidas, por exemplo, pela Conselheira Malu, pela Delegada Bea, com certeza vêm para contribuir. Não somos perfeitos na elaboração da proposta da LDO, longe de nós querer apresentar uma proposta da LDO aqui às 18h30min. e sair com ela já votada. Isso não faz parte da intenção desse governo, tanto é que discutir durante vários dias aqui. Dizer para o Delegado **Felisberto** que em relação aos SASEs, às creches, à questão da Habitação, no Plano Plurianual, que foi votado na Câmara de Vereadores, o Executivo ampliou os recursos para essas atividades, para essas ações. Com certeza Habitação é a prioridade da cidade. Não li os jornais de hoje, mas com certeza Habitação é a prioridade da Cidade, do Governo, porque é isso que ficou definido na rodada única do Orçamento Participativo, e seguimos à risca as deliberações do Orçamento Participativo, ressaltando, é claro, que dentro dos limites de gastos de investimentos do Executivo. Dentro do Orçamento 50% é para pessoal, mais 30% para Educação, 18% para Saúde, 5% para a Câmara de Vereadores e por aí afora. Do dinheiro que sobra respeitamos as deliberações do Orçamento Participativo. Também quero dizer ao **Jakubaszko** que desejamos receber as reivindicações da comunidade de surdos, que estaremos, assim como todas as outras reivindicações, analisando amanhã a partir do meio-dia, para que possamos na quinta-feira já dar uma resposta a vocês. Passo a palavra para o Jorge. **JORGE (GPO):** Foi solicitado um esclarecimento acerca do art. 14, dos 10% de suplementação. Historicamente a outra gestão na proposta orçamentária já se trabalhava com 10%, e vai para a votação na Câmara e é reduzido para 4%. Mas tem um detalhe, nesse ano, em relação ao Orçamento passado, o Orçamento vai ficar mais aberto, mais detalhado. O Orçamento passado, de 2005, só abria na modalidade de aplicação, no grande grupo, 31.90, 33.90, 44.90. Internamente se faziam as transposições normais. O Orçamento para 2006 será aberto por elemento, e é uma gama de elementos, só na 33.90, Serviços de Terceiros, existe um número grande, mais de vinte, Elementos de Despesa, que é uma classificação, e isso vai ficar aberto no Orçamento. Por isso é interessante manter um percentual para suplementação de no mínimo 10%, porque a Câmara ainda trabalha com esse

índice, e como o Orçamento vai ficar mais detalhado, por exemplo, dentro do material de consumo, dos serviços de terceiros, consultorias, isso tudo será aberto por elemento, enquanto que no Orçamento atual ele é aberto somente no grande grupo. Essa é a nossa preocupação em manter os 10%, que historicamente é apresentado dessa forma, na outra gestão também foi da mesma forma, e depois vai para a Câmara e lá se baixa para 4 ou 4,5%. Mas, repito, o Orçamento desse ano tem um diferencial, está somente fechado no grande grupo. O Orçamento 2006 vai abrir muito mais, e podemos correr o risco de uma previsão ficar mal orçada, num elemento ou em outro.

ERVINO PITCHIL (Coordenador): Sérgio.

CONSELHEIRO SÉRGIO AMARAL (Região Cristal): Quero alguns esclarecimentos, apesar de o Ricardo ter tido que é por escrito, depois vou encaminhar por escrito, mas já quero sinalizar: os esclarecimentos são os seguintes: na pág. 12, no programa Cidade Integrada, na primeira linha, a “qualificação e ampliação da rede de equipamentos culturais do município”, nos interessa saber se existe alguma definição sobre pelo menos em que regiões esses equipamentos seriam alocados. São doze metas. Imagino que seriam doze equipamentos? Se for diferente gostaria de entender. Mais abaixo, mesma página, no programa Cresce Porto Alegre, onde diz “construção do mapa de desenvolvimento econômico do Município”. Esse mapa vai elucidar locais onde o governo estará promovendo atividades de desenvolvimento econômico. Gostaria de saber informações sobre esse mapa. A meta é um (1), deve ser um mapa. Esse mapa será elaborado em que momento? Já existe alguma coisa sobre isso? Na pág. 14, onde diz “lugar da criança é na família, é na escola – cursinho popular: jovens atendidos, 450.” Gostaríamos de saber sobre esse programa algum detalhe a mais do que está aqui sobre os cursinhos populares. Por fim queria mais algum detalhamento, porque na primeira vez que fizemos a intervenção aqui o Ricardo se colocou à disposição, mas não foram suficientes as informações que tivemos. Em relação ao programa Sócio Ambiental, que interessa a toda cidade, mas especificamente a nossa região, achamos que essas metas, a menos que sejam mais esclarecidas com números, são muito tímidas se comparadas as ações anteriores referentes ao Sócio Ambiental. Sabemos, e viemos acompanhando com a região e o governo, o programa Sócio Ambiental, mas 368 metas – projeto de habitações de interesse social. Imagino que seriam 368 habitações. Se for possível, precisar isso. A mesma coisa em relação ao plano básico de gestão ambiental. E obras do projeto contra cheias, uma das etapas do Sócio Ambiental. Gostaria então que ficassem bem esclarecidas essas questões antes de encaminharmos as propostas. Era isso.

CONSELHEIRO JOSÉ BRIZOLA (Região Glória): Boa noite. Quero voltar à questão de suplementação de verba. Sabemos que em outras épocas mandava-se para a Câmara 10%. Mas a Câmara antigamente era oposição e nunca votou 10%. Hoje a maioria da Câmara é da base aliada do Governo. Duvido que a Câmara vai colocar em 4 ou 5%. Num Orçamento de mais de 1 bilhão de reais, uma suplementação de até 10% dá mais de cem milhões, que podem ser mexidos sem ninguém se meter. Então, se quisermos exercer o nosso poder, o nosso mandato para aquilo que fomos eleitos, é necessário que saia um indicativo aqui do fórum aprovando no máximo 5% para verba de suplementação. É a proposta que gostaria que fosse para votação.

CONSELHEIRO DILMAIR DOS SANTOS (Temática de Cultura): Boa noite a todos e todas. Primeiro quero reforçar a posição da Malu, no

sentido da garantia de o Governo acatar as emendas e propostas aqui apresentadas. E também desejo ser solidário à proposta da delegada Bea, no que diz respeito à formação e capacitação de Delegados e Conselheiros do OP, conforme as metas apresentadas por ela. No que diz respeito ao Programa Receita Saúde – depois vou passar por escrito todas as propostas -, a criação de Hospital Geral na Restinga. Outra proposta de inclusão, a implantação da Universidade Popular do Carnaval, dentro do programa Cidade Integrada e Porto da Inclusão. Outra proposta, no que diz respeito ao programa Porto Verde, que trata apenas da recuperação do arroio Dilúvio, eu gostaria de ampliar essa recuperação, para que fosse em todos os arroios da cidade que precisam de recuperação e tratamento. Outra questão que gostaria de colocar no Cidade Integrada é em relação ao Projeto Integrado do Porto Seco, garantindo o projeto original do Projeto Integrado Porto Seco, coma conclusão de obras e instalações. Estarei passando todas essas sugestões por escrito. **CONSELHEIRO NELSON GUIMARÃES (Região Leste):** Na pág. 11, programa Cresce Porto Alegre, Desenvolvimento do Parque Tecnológico – meta zero. Não entendi isso. Mais abaixo Desenvolvimento do Parque Industrial da Restinga – estudos realizados – meta zero. Não consegui também entender isso. Porto da Inclusão, pág. 16 – queria mais esclarecimentos sobre esse programa – incentivos ao cooperativismo, lotes urbanizados com infra-estrutura: 590. E na mesma página, Porto da Inclusão, Cursos de Qualificação Profissional, 3 mil – quero saber o que é isso. E Unidades Habitacionais, no Porto da Inclusão, 743 projetos habitacionais – quero saber onde é isso. **CONSELHEIRA VALDÍVIA LUCAS (Temática de Saúde e Assistência Social):** Na pág. 8 – programa Bem me Quer, onde fala em prevenção à gravidez precoce – índice de gravidez reduzido – aparece ali “meta 19”. O que é esse 19? Na mesma página – “prevenção às drogas, jovens atendidos – 100 mil jovens atendidos”. Essa é a meta. Gostaria de saber se vai haver uma capacitação da população, até porque hoje quem mais trabalha com prevenção às drogas são entidades privadas e a comunidade. Porque nas escolas existe muito pouco, e nos serviços de saúde nem todos possuem pessoas capacitadas para trabalhar com essa população. Na pág. 9, programa Bem Me Quer – “tratamento de drogaditos”. Pacientes atendidos, reduziu de 100 mil, que seria, na página anterior, a prevenção, para 492. Esses 492 seriam jovens atendidos em clínicas ou são números que se pretende atender dentro das clínicas? Sabemos que atualmente o SUS colocando um adolescente, um jovem, dentro de uma clínica o valor que ele paga é de 300 a 400 reais, se fizesse um convênio com uma comunidade terapêutica, o pagamento seria mensal. Noto ainda a falta de algo, porque quando se fala em drogadição refere-se sempre aos jovens, mas sabemos que drogaditos existem em todas as faixas etárias. **RICARDO ERIG (Coordenador):** Vamos começar com a Conselheira **Valdívia**, e dizer que no programa Bem Me Quer, a questão da prevenção, o número 19 quer dizer 19% da população atendida. Pretendemos trabalhar o tratamento a drogaditos, qualificando e ampliando os diagnósticos e o manejo em dependência química. Está sendo prevista ampliação do atendimento para 492 pessoas em 2006. No programa de Prevenção às Drogas a idéia é se realizar campanhas abrangentes de conscientização e prevenção ao uso de drogas, com o intuito de combater o uso de drogas na população jovem de Porto Alegre. A idéia é atingir 100 jovens no ano de 2006. Há também uma ação que trata do combate à drogadição e à exploração

sexual infantil, o Disque Denúncia, com que pretendemos reduzir o índice de violência, ampliando a inclusão social. Dizer ao Conselheiro **Dilmair** que quanto à questão do Porto Seco temos essa ação prevista na conclusão do complexo Porto Seco, e a manutenção daquele espaço, que é algo que nos preocupa, acho que todos aqui sabem o que aconteceu com aquele complexo, com o furto de fiação elétrica e tudo mais. Com certeza é para isso. Quanto à definição dos locais onde serão as unidades habitacionais isso ainda não está definido. Isso é um tópico da Lei de Orçamento Anual que deveremos construir juntamente, com a divisão dos valores para o atendimento das demandas das regiões e temáticas. Os cursinhos populares no Porto da Inclusão são para atender justamente aquela população que hoje não tem acesso a uma melhor qualidade ensino, proporcionando a oportunidade de estar se inserindo e seriam cursos populares pré-vestibular, para acesso à universidade. Como o Plano Plurianual é projetado para quatro anos em alguns momentos trabalhamos com percentuais. Então, aqui está apresentado como zero, porque, provavelmente, ainda no ano de 2006 não estará completa a questão do Parque Tecnológico. Há algumas outras ações que estão apresentadas como zero, mas, na realidade, o que temos de perceber aqui é o seguinte: a LDO apresenta as metas, as diretrizes, então temos de encarar assim, por exemplo, qual será a nossa diretriz sobre a questão da água? Temos uma ação que é a diretriz, que vai tratar da água certa; temos outra ação que é a ampliação da melhoria e qualificação da rede de água; a mesma coisa se fosse com o esgoto. O que é que o Executivo pensa e propõe para trabalhar com a questão do esgoto, por exemplo. Então, temos uma meta de melhoria da qualidade de tratamento do esgoto e uma meta de ampliação da rede de esgoto. Para o **Dilmair** ainda queremos dizer que uma das emendas que passaram na Câmara de Vereadores, em relação à saúde, é justamente a criação do Hospital Regional da Restinga. E também na questão de tratamento de arroios existe uma ação específica do tratamento do arroio Dilúvio, o que não impede a inclusão de outros arroios da cidade. **CONSELHEIRA ADACLIDES LEITE (Região Restinga):** Ali no Telecentro Crês (?) Porto Alegre diz “telecentro para negócios e empreendimentos”. Eu gostaria que fosse aumentada a meta para duas, pág. 12. E em “reestruturação da incubadora industrial da Restinga, empresários capacitados, de sessenta para oitenta.” Obrigada. **DELEGADO FELISBERTO (Região Centro):** Quero começar pela última página, pág. 20. Na mensagem retificativa que foi encaminhada apareceu um outro item do Orçamento Participativo, a sustentabilidade do OP, e não lembro as metas, gostaria então que fosse falado um pouco sobre isso até para que possamos propor alguma coisa. Acho que aí estariam os Pls anteriores. Na pág. 18, não é a minha área, mas como está na minha região, Viva o Centro, shopping popular, e não sei por que o Sr. Evaristo ou o pessoal interessado não se manifestou, porque não entendi se são 60 ambulantes, 60 shoppings, e se há a possibilidade para se discutir espaços alternativos, até porque existe uma proposta de shopping na horizontal e não na vertical. Na pág. 17 “elaboração do plano diretor do centro – plano estratégico: zero” Não tem nenhuma meta para 2006, ou é 2007, ou 2008? Se o FROP da região e os moradores terão participação nesse plano. Na pág. 17, Cais Mauá – há uma preocupação do pessoal que trabalha no cais, até porque são 1.500 famílias, sobre se eles serão consultados. Por fim, fala na pág. 16 “habitação de interesse social, diagnóstico e relatório”. E na pág. 15 fala em “habitação de baixa renda, relatório,”

acho que de interesse social, então é a mesma coisa, e acho que é somente uma alteração de programa, é no Porto da Inclusão. E na pág. 10, se não me engano, fala também em relatório para habitação de baixa renda. Seriam então três relatórios? Por que não aglutinar isso? Por fim um programa que nos preocupa, e que não está em local algum, pelo menos não vi, que é a Casa de Convivência Ilê Mulher, que trata de moradores de rua. Como fica essa questão na LDO. Apesar que me deram uma resposta, de que como ela é uma ação já estaria garantida, mas estamos priorizando novamente nesse ano na região Centro. Obrigado. **CONSELHEIRA MARIA LÚCIA (Malu) (Temática de Educação, Esporte e Lazer):** Duas coisas: uma observação sobre o cursinho popular, para lembrar que seria ensino médio, e ensino médio não é competência do município. O Município só pode atender o ensino médio se tiver atendido o fundamental, a pré-escola. Sabemos que em educação infantil o Município não atende os 100%, então temos de estar atentos a isso, porque a LDB diz que a competência do município é a escola de ensino fundamental. E estou preocupada com o art. 3.º da LDO que diz que temos até 15 de outubro para vermos a Lei Orçamentária. Qual é o calendário para o Conselho construir a Lei Orçamentária, que é onde estarão as demandas apresentadas no OP, onde poderemos enxergar as demandas? **CONSELHEIRO NELSON GUIMARÃES (Região Leste):** Venho para confirmar o que o Conselheiro Brizola da Glória colocou em relação à suplementação. De acordo com o art. 14, Item 1, Letra A. De acordo com a justificativa de que Câmara sempre reduz pela metade a suplementação de 10%, tenho certeza que poderemos colocar no máximo 5% o total, porque a Câmara não será inocente para diminuir ainda mais esses 5%, até porque a maioria da Câmara é do governo. E no art. 16 onde fala “os valores da proposta orçamentária 2006 serão apresentados até 31 de maio de 2005, e corrigidas pelo percentual de 5,7% utilizados como projeção de inflação.” O correto seria “os valores propostos para 2006 serão apresentados a preços até 31 de maio de 2005”. Então estou sugerindo a supressão desse texto “corrigidos pelo percentual de 5,7% utilizados como projeção de inflação.” **CONSELHEIRO DILMAIR DOS SANTOS (Temática da Cultura):** Quero apenas reforçar ao Ricardo que todas as propostas que estou apresentando aqui apresentarei também por escrito até amanhã ao meio-dia. Quero reforçar o que disse a Valdívia em relação ao programa Bem Me Quer, no que diz respeito à prevenção da gravidez precoce e orientação sexual. No programa Porto da Inclusão, onde trata da questão habitacional, prioridade da cidade há alguns anos. Pela criação de uma política habitacional de interesse social, a partir da criação do mapa fundiário de Porto Alegre, e que possa identificar os espaços vazios da cidade, transformando em áreas de interesse social. E também no Porto da Inclusão, ou no Porto Alegre Cresce, não lembro bem, no trata da constituição de centros culturais, que fossem respeitadas as regiões demandadas e aprovadas na Temática da Cultura, conforme: Cristal, Partenon (Vila Maria da Conceição), Belém Novo, Leste e Humaitá. Depois estarei passando tudo isso detalhadamente. **RICARDO ERIG (GPO):** Acerca da ação que foi incluída realmente ela está faltando na proposta da LDO, mas vamos incluir, que é uma ação para a Câmara de Vereadores, dentro do Plano Plurianual, justamente para atender uma reivindicação de uma série de conselheiros, de regiões, até porque o Executivo se preocupa com a questão das 629 demandas que ficaram para trás. Com certeza é muito importante manter essa

“janela” orçamentária aberta. O valor é irrisório, são dez, vinte e cinco metas, que estão ali apenas como efeito ilustrativo para que tão logo consigamos buscar formas alternativas de financiamento para resgatar as demandas que ficaram para trás já tenhamos prevista essa possibilidade tanto no PPA como na LDO, e na própria Lei de Orçamento Anual. A questão do shopping popular são 60% da população de ambulantes, ou camelôs – não sei o termo correto, podem corrigir - no ano de 2006. A respeito da elaboração do plano diretor que consta como zero, é porque será iniciado em 2006 e a conclusão será em 2007. Sobre o estudo a ser realizado no cais do porto não há óbice algum, porque com certeza é do interesse do governo de que o conjunto da sociedade sempre esteja participando dos estudos da cidade. Sobre a questão do Ilê Mulher não é esse o momento para estarmos descendo aos detalhes sobre quais as entidades que serão atendidas, ou ampliadas no seu atendimento. Para a Conselheira **Malu**, no que tange aos cursinhos populares, quero dizer que a Lei de Diretrizes é federal, com certeza, devemos estar respeitando, mas a nossa Lei Orgânica do Município, no seu art. 179, Parágrafo Primeiro, trata que é competência do Município estar tratando dessas questões. *(Fora do microfone a Conselheira Malu diz que a Lei Orgânica reforça a LDB.)* Isso, obrigado. Também dizer ao Conselheiro **Dilmair** que a sua preocupação acerca dos centros culturais com certeza tem que ser de entendimento com a Temática de Cultura, e quando estivermos discutindo o resgate de PIs anteriores vamos construir juntos as propostas para os centros culturais. O nosso orçamento é limitado para o próximo ano, é projetado em cima da receita, todas as pendências de demandas que ficaram para trás não sei se serão todas realizadas em 2006, mas com certeza estaremos respeitando as demandas do Orçamento Participativo. Para o Conselheiro **Sérgio** quero dizer que a questão do programa Sócio Ambiental já discutimos algumas vezes, e o fato é que o BID tem sinal negativo para o projeto que havia sobre o Sócio Ambiental, e tivemos de fazer todo um redimensionamento de metas e valores para 2006. Tão logo o projeto seja aprovado, assinatura de convênios e os recursos liberados estaremos novamente redimensionando, atendendo as demandas. E a qualificação e ampliação da rede de equipamentos culturais do município, no programa Cidade Integrada, é o seguinte: o Município tem diversos prédios próprios de cunho cultural, e a idéia da ação é servir para “propiciar o melhor atendimento à população da cidade, promovendo a inclusão cultural. Descrição da ação: recuperar, reformar e reequipar prédios culturais do Município, ampliar a rede de equipamentos culturais.” Para 2006 estão previstas doze unidades de prédios próprios da prefeitura. Acerca da construção do mapa de desenvolvimento econômico e urbano do Município está previsto para o ano de 2006 a construção desse mapa. Precisar qual estudo que existe em relação a isso eu vou ficar devendo, mas, com certeza, alguns estudos a Secretaria responsável já deve ter desenvolvido. A respeito do previsto no artigo da LDO que diz que o Executivo tem que encaminhar até o dia 15 de outubro à Câmara Municipal a proposta da lei de orçamento anual, até na reunião da coordenação havia falado e falei na reunião passada aqui, é preocupação nossa conseguir otimizar o máximo possível as nossas discussões acerca desses temas tão relevantes, aqui dentro do Conselho. O que podemos dizer é que o Executivo garante no mínimo um mês para a discussão do Orçamento Anual. Estaremos aqui no Conselho entregando a cada região e temática a nossa proposta para a Lei de Orçamento Anual, e a matriz orçamentária,

conforme descreve o ciclo do OP, discutimos nesse Conselho no mês de setembro. Era isso. **CONSELHEIRO DILMAIR DOS SANTOS (Temática da Cultura):** Na verdade uma questão ficou pendente, no que diz respeito à constituição de um mapa fundiário em Porto Alegre para que possamos identificar os espaços vazios do Município e transforma-los para a constituição da política habitacional de interesse social. É ampliar a proposta que existe na LDO. **RICARDO ERIG (GPO):** Com certeza é preocupação desse Executivo, e o DEMHAB vem trabalhando com o levantamento de todas as áreas existentes ociosas do Município, onde exista a possibilidade de serem utilizadas para permuta, para a construção de moradias populares, o que é muito importante para conseguirmos sanar o déficit grande moradias que tem Porto Alegre. A respeito do questionamento do Conselheiro **Nelson** quero dizer que a questão dos 5% - e não vou entrar no mérito se o governo tem ou não maioria na Câmara de Vereadores -, mas se for do entendimento desse Conselho ou da região Leste pode ser encaminhada que o Governo estará avaliando as considerações. Na realidade faltou a sigla IPCA nessa questão, que é o índice utilizado tanto no Plano Plurianual quanto para a LDO, índice oficial. **CONSELHEIRO NELSON GUIMARÃES (Região Leste):** Falo do art. 6.º, Parágrafo Único, com relação à supressão ou do parágrafo inteiro ou deste texto “ou dos seus créditos adicionais”. **CONSLHEIRO ARI ALVES (Região Partenon):** Pergunto por que existem tantas metas, propostas de governo, em proteção ambiental, educação ambiental, tantos projetos, e a qualificação dos processos de coleta, triagem, administração de resíduos, que são os galpões de reciclagem, tem somente duas metas. Sabemos que o galpão de reciclagem é o sustento de muitas famílias nas comunidades, e estão aplicando tanto em meio ambiente, quando os galpões de reciclagem é que fazem o tratamento ambiental em uma comunidade, bem organizados. Por que estão fazendo aplicações em outras coisas para tratamento ambiental? Aqui tem vinte e cinco metas para proteção ambiental, sendo que no galpão de reciclagem 95% das pessoas que trabalham ali dentro são mulheres, que não são classificadas no mercado de trabalho porque não tiveram a oportunidade de estudos, e 5% são homens para fazer a força bruta. E estão aplicando em tratamento ambiental 10 vezes mais do que aplicar em algo que pode gerar trabalho e renda. Quero chamar a atenção dos senhores e senhoras conselheiros para que dêem atenção a essa causa, pensando nos 95% de mulheres que precisam trabalhar mas que não têm um grau de estudo suficiente para ganhar um emprego lá fora. Já tentaram, na minha comunidade já tentaram fazer projeto e debater no Orçamento Participativo, para defender projetos de incubadoras de alta tecnologia, mas a comunidade não tem estudo suficiente para isso, então o que é que adianta. Vamos colocar o que gera trabalho e renda para a comunidade. Obrigado. Então, no lugar dessas 25 metas para a “elaboração do plano de proteção ambiental”; e tem outra ainda: “elaboração e implantação do plano de Educação Ambiental”, são mais 25 metas. Para que tudo isso? Então, que se aplique na unidade de reciclagem que vai gerar trabalho e renda, e as famílias vão tirar o seu sustento. Peço a todos que olhem para o pessoal que não tem o que comer. Obrigado. **CONSELHEIRA MARIA DELOÍ (Região Nordeste):** Boa noite. Temos na pág. 16 os telecentros. Diz aqui “50 metas”. Já temos 35 telecentros. Foi falado em se fazer mais quinze. Essas 50 metas são somadas a essas quinze, ou o que é que são essas quinze metas. São mais 50 telecentros? (pausa.) Então, não

seria como disse a Luciana, que seriam cursinhos, então são mais quinze telecentros implantados dentro de Porto Alegre? É isso? Outra coisa que nos preocupa: o Bem Me Quer é a primeira infância. O PIM pelo que se sabe é do Estado. Por que está lotado na pág. 8 com 800 metas? Se é do Estado por que a Prefeitura vai tomar conta? E aqui no Porto da Inclusão: 590 metas, pág. 14, são lotes urbanizados. Gostaríamos de saber para que lado vai, porque a Habitação é a prioridade da cidade. Então, queremos saber para onde vai isso. Obrigada.

CONSELHEIRO NELSON GUIMARÃES (Região Leste): Busquei o Regimento Interno e existe um item no Regimento que diz que o Conselheiro pode buscar ajuda técnica para deliberar com relação a essa matéria. Aqui no art. 6.º estou propondo a supressão do parágrafo único, porque isso vai ficar por conta da prefeitura mexer como quiser na questão das suplementações.

CONSELHEIRA MARLENE DE OLIVEIRA (Região Restinga): Sobre a regularização das áreas de interesse cultural, para que sejam incluídas também as de interesse social e interesse de desenvolvimento econômico, junto, porque temos problemas com os alvarás dessas áreas que não estão regularizadas. E sobre o shopping: ele está aqui no Viva o Centro. Isso quer dizer que os shoppings serão somente centrais ou serão regionais também? Porque precisamos de shoppings regionais, porque não somente os camelôs demandam shopping, a Restinga demandou e precisamos que os camelôs atendam as regiões também. Quero que isso fique esclarecido para depois encaminhar as emendas.

CONSELHEIRA ADACLIDES LEITE (Região Restinga): “Gurizada Cidadã – Inclusão social, cultural, digital, esportiva, educação especiais, profissionais e alunos”, de 3.200 metas para 3.600. E a mesma Gurizada Cidadão, porém no ensino médio, de 1.120 para 1.800 metas. E quanto ao Porto da Inclusão gostaria de alguns esclarecimentos, para onde vai o lote, para onde é que vai a questão das unidades habitacionais e outros interesses habitacionais que existem aqui que precisamos saber para onde vão para depois podermos encaminhar.

CONSELHEIRO ROBERTO JAKUBASZKO (Temática de Educação, Esporte e Lazer): Criança e educação tem tudo a ver. Um dos grandes projetos do novo governo é sobre educação infantil. Nesse sentido a Temática de Educação, Esporte e Lazer, solicita ao governo o aumento de metas na LDO 2006, no que tange ao Lugar de Criança é na Família e na Escola, através de ações de educação especial, infantil, fundamental e EJA. Estou entregando ao Ricardo do GPO, e se sobrar algum dinheirinho que seja colocado no esporte. Obrigada.

DELEGADO FELISBERTO (Região Centro): Na página 8 diz assim, e a receita é Saúde: “Ampliação e reforma do pronto atendimento – unidade reformado e/ou ampliada, meta zero.” Qual é a meta? Acho que deve ser feita uma correção nisso. No Cidade Integrada, pág. 10, “construção de novos centros esportivos.” Entrando na seara do Jakubaszko eu queria aumentar os centros construídos de um para três, que beneficia as regiões. Depois, “Cidade Integrada, elaboração do projeto quarto distrito.” Ali diz assim: “plano urbano de revitalização – meta zero.” No item abaixo: “elaboração do projeto Orla do Guaíba – urbanização e ocupação do trecho indicado.” Qual é o trecho? É zero, um, dois, três? É questão de correção. “Desenvolvimento do Parque Tecnológico,” está zero. Quero saber se é o CIETEC na Lomba do Pinheiro. Esse é um projeto com a cidade, e queria saber o que é isso. “Fiscalização do comércio ilegal – aumento do número de equipamentos e fiscais treinados”. Treinados em quê? Em educação, em atendimento, ou em pegar

mercadoria, jogar e levar? Qual será o treinamento? Será repreensivo, ou preventivo e educativo? “Qualificação profissional, PLANTEC; treinamento e qualificação profissional”, está em 650. Quero aumentar para mil, já que a qualificação profissional é necessária para evitar que a gente só pense em galpão de reciclagem, já que muitas vezes as pessoas têm é necessidade no atendimento da sua saúde, e muitas vezes não tem aquilo que o companheiro Ari, que acho que tem razão, tem que aumentar também, mas também temos que qualificar o pessoal. Por fim tem aqui “Porto da Inclusão – 15 – abrigo para famílias em situação de risco social. Famílias atendidas: zero.” Quero propor cem famílias, porque me preocupa essa questão de atendimento às famílias necessitadas. Agradeço pelo espaço e desculpem ter abusado. **CONSELHEIRO CHIQUINHO (Região Centro):** Uma questão que também surgiu na região é quanto ao “serviço de atendimento sócio-educativo, que são programas preventivos. Me preocupa muito o governo colocar uma proposta de atender bastante, mas como fica a questão da verba, dos recursos para a manutenção da infra-estrutura. O Serviço de Atendimento Sócio Educativo já existe, e o pessoal que trabalha nas questões em defesa das políticas sociais, no atendimento de crianças, adolescentes, jovens gostaria de fazer uma complementação de aumento de recursos, de aumento de metas para esse programa. Não sei se o governo vai mudar de nome ou vai manter esse programa. Então, me preocupo em garantir essa questão do SASE, com a ampliação de recursos e metas, porque não vi nada que garanta a continuidade desse serviço, que é um serviço preventivo que tem grande resultado nas comunidades. Até porque o Governo também tem um SASE seu, que é o primo rico que recebe todos os recursos, e tem o SASE que é o primo pobre, que é o SASE das comunidades. Mas, essa é uma outra discussão que vamos fazer dentro da Tripartite na divisão dos recursos. Obrigado. **CONSELHEIRO SÉRGIO AMARAL (Região Cristal):** Quero apenas deixar registrada a nossa emenda com relação ao Sócio Ambiental. E se formos votar hoje com as emendas não será preciso a intervenção. **ERVINO PITCHIL (Coordenador):** Vamos passar para a votação da proposta orçamentária da LDO, com as emendas, que poderão ser entregues até amanhã ao meio-dia. Os que forem favoráveis à proposta, com as emendas, levantem o braço. (Pausa.) **APROVADA**, com as emendas que poderão ser entregues até amanhã ao meio-dia, no GPO. Estão encerrados os trabalhos.